

A FERAESP mantém canal aberto aos empregados assalariados rurais do estado de São Paulo e sindicatos. Viu ou vivenciou alguma irregularidade no ambiente de trabalho ?



Denuncie em nossos canais de comunicação: (18) 3325 - 1796 / feraesp@feraesp.org.br  
WhatsApp: (14) 99873-9557 ou em seu Sindicato.

A federação e os sindicatos irão orienta-los(a).

SALÁRIO MÉDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO TEM QUEDA DESDE 2017

**PAG - (2)**

DIEESE: MÍNIMO DEVERIA SER DE R\$ 6.388,55

**PAG - (2)**

INFORMALIDADE NO CAMPO PODE CHEGAR HÁ 50%

**PAG - (2)**

DIEESE: TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA AUMENTA COM REDUÇÃO DO RENDIMENTO

**PAG - (3)**

MP 1.109/22: SENADO CONFIRMA MAIS FLEXIBILIZAÇÃO TRABALHISTA

**PAG - (3)**

BALANÇO DAS GREVES 2021

**PAG - (4)**



**INFLAÇÃO**

MÊS DE REFERÊNCIA: JUNHO DE 2022  
ÚLTIMOS 12 MESES

INPC: 11,92%

IPCA: 10,07%

## Os efeitos da inflação nas diferentes classes sociais

O comportamento recente da inflação voltou a dominar o noticiário do País. Adjetivos como “dragão” e “fantasma” são usados de forma recorrente, a fim de evidenciar como o aumento dos preços tem corroído o poder de compra da moeda e assombrado as decisões dos consumidores. Responsável por uma série de distorções na economia, a inflação prejudica não apenas os investimentos e o crescimento do País, mas também impõe elevados custos sociais, custos estes que tendem a ser inversamente relacionados ao nível de renda dos indivíduos, implicando maior penalização aos mais pobres.

Considerando-se os efeitos para os diferentes grupos sociais, o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda (IPEA, 2022) evidencia como a inflação tem afetado as diferentes classes de renda, pesando de forma mais expressiva sobre as classes mais baixas. Conforme o Indicador, a inflação acumulada em 2022 (até abril) registrou alta que varia de 3,7% (renda alta: maior que R\$ 17.260,14) a 4,5% (renda muito baixa: menor que R\$ 1.726,01). Já no acumulado de 12 meses, as taxas apontam altas inflacionárias entre 10,8% (renda alta) e 12,7% (renda muito baixa).

Os dados desagregados revelam que, para as famílias de renda mais baixa, as maiores pressões inflacionárias residem nos grupos de alimentos e bebidas e de habitação. Já para as famílias de renda mais alta, os pontos de pressão estão, sobretudo, no grupo transportes (apesar de poder afetar os mais pobres por meio da elevação de custos de alimentos – via frete – e do transporte público).

Em um País historicamente marcado pela desigualdade, a inflação deve preocupar a todos os brasileiros. Tanto a inflação quanto o processo para sua contenção implicam efetivo aprofundamento de disparidades socioeconômicas. Conclui-se, portanto, que os administradores públicos devem ter como objetivo minimizar as oportunidades para que a inflação surja (ou aumente), porque tanto essa doença como sua cura são socialmente dolorosas. Políticas fiscais e monetárias responsáveis, assim como o constante esforço de aumento da produtividade, são instrumentos que certamente atuam nessa direção.

*Adriana Ferreira Silva, Pesquisadora da área de macroeconomia do Cepea. Reprodução resumida, integra no site do Cepea (14/06/2022)*

## SISTEMA DE ARRECAÇÃO FERAESP

Sistema para emissão de guias sindicais para atender os sindicatos.

No qual, podem ser emitidas a Contribuição sindical, Confederativa, Assistencial e Mensalidade social.

O sistema é gratuito para os sindicatos da categoria, através do site [www.feraesp.org.br](http://www.feraesp.org.br) no link “Sistema de geração de guias”.

Para maiores esclarecimentos contatar o setor de arrecadação, através do e-mail: [tesouraria@feraesp.org.br](mailto:tesouraria@feraesp.org.br) ou pelo telefone (18) 3325 - 1796.



## Salário médio do estado de São Paulo tem queda desde 2017

De acordo com o Sistema Estadual de Análise de Dados – São Paulo (SEADE), o salário médio no estado de São Paulo, sofreu consecutivas quedas desde 2017.

Após uma elevação entre 2016 e 2017 (passou de R\$3.676,00 para R\$3.746,00, respectivamente), a média salarial no estado passou para R\$3.723,00 em 2018; para R\$3.700,00 em 2019 e finalmente para R\$3.612,00 em 2020, variação de (-4%) entre 2017 e 2020. Os dados são para todos os setores de atividade, com estatísticas até 2020 na base de dados do SEADE.

Já a média salarial para a agricultura, pecuária e serviços relacionados foi de R\$2.190,00 em 2020, uma diferença de R\$19.382,00 para a maior média salarial do estado que é da extração de petróleo e gás natural (R\$21.572,00).

A queda nas médias salariais do estado, pode ser explicado pela reforma trabalhista (2017), que pode ter causado impactos na elevação da precarização do trabalho (informalidade e trabalho por conta própria, que reduz os rendimentos dos trabalhadores) e pandemia.

### DIEESE: mínimo deveria ser de R\$6.388,55



Em julho deste ano, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria ter sido de R\$ 6.388,55, ou 5,27 vezes o mínimo atual, de R\$ 1.212, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

A estimativa leva em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e de sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência.

Em julho deste ano, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria ter sido de R\$ 6.388,55, o valor do salário mínimo ideal é calculado com base na cesta básica mais cara do país, que em julho foi mais uma vez a de São Paulo (R\$ 760,45), de acordo com os dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos do Dieese.

### Informalidade no campo pode chegar há 50%



Estudo elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), de 2014, indicava que 60% dos empregados rurais estavam na condição de informalidade no País.

O Instituto de Pesquisa econômica aplicada (IPEA), em estudo divulgado em 2015, indicava que, dos quase 4 milhões de empregados rurais no Brasil, apenas 40% tinham registro em carteira, ou seja, também indicava 60% de informalidade no mercado de trabalho dos empregados rurais.

Segundo pesquisa do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Cepea/Esalq/USP), dados do 2º trimestre, em 2021, o País chegou há 18 milhões de trabalhadores e empregados rurais, desses, aproximadamente 8.900 milhões estavam exercendo atividade laboral na informalidade, 6.444 milhões eram conta própria e 2.920 milhões sem carteira assinada. Do total, 6.046 milhões tinham carteira assinada.

Assim, em 2021, a informalidade atingiu aproximadamente 50% dos trabalhadores e empregados rurais no Brasil. Se for considerado esse número para o estado de São Paulo e para o mercado de trabalho dos assalariados rurais (sabe-se que, cada estado tem suas próprias problemáticas em relação ao mercado de trabalho, mas para efeito didático e pela falta de dados, é utilizado este percentil), estima-se, desta forma, que no estado de São Paulo possa ter aproximadamente pouco mais de 150 mil empregados na informalidade, ou seja, o mundo do trabalho dos empregados rurais no estado, conta com mais de 450 mil empregados, que lidam com baixas remunerações e pisos salariais precários e irrisórios para sustentar uma família.

## DIEESE: trabalho por conta própria aumenta com redução do rendimento



A recuperação da ocupação, após os impactos iniciais da pandemia, ocorreu sobretudo por meio do trabalho por conta própria. O número de trabalhadores nesse tipo de ocupação retornou ao patamar pré-pandemia já no primeiro trimestre de 2021, enquanto o total de ocupados apresentou alguma recuperação somente no quarto trimestre daquele ano.

Ao final de 2021, o número de ocupados era 0,2% maior do que no final de 2019, enquanto o de trabalhadores por conta própria havia crescido 6,6% nesse período. Porém, há diferenças entre o perfil e a condição dos trabalhadores que começaram após o início da pandemia e os daqueles que tinham os negócios já no período anterior.

O rendimento médio dos trabalhadores por conta própria que começaram o trabalho nessa posição nos últimos dois anos equivalia a 69,1% do recebido por aqueles que estavam nessa condição há dois anos ou mais, segundo dados do quarto trimestre de 2021. Entre os mais antigos, o rendimento médio era de R\$ 2.074, enquanto entre os mais novos nessa situação, ficava em R\$ 1.434.

Entre os trabalhadores por conta própria que estão nessa condição há menos tempo, 74,2% não tinham CNPJ e não contribuam com a previdência social. Entre os mais antigos, o percentual era de 58,3%. Entre os mais recentes, apenas 12,7% tinham CNPJ e contribuam com a previdência, enquanto entre os antigos, eram 20,6% nessa situação. Uma hipótese para explicar essa proporção menor de CNPJs entre aqueles que começaram a trabalhar por conta própria mais recentemente é a incerteza do negócio, assim como a preocupação com o endividamento que a regularização pode trazer.

A recuperação da ocupação via trabalho por conta própria, portanto, tem se apresentado como alternativa precária aos trabalhadores. A remuneração é baixa, o que dificulta a contribuição à previdência, e as ocupações são de baixa qualificação.

## MP 1.109/22: Senado confirma mais flexibilização trabalhista



De acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), o Senado chancelou, por 51 a 17, a MP (Medida Provisória) 1.109/22, o texto que a Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (2) por 249 votos favoráveis e 111 contrários. Os destaques foram rejeitados. A MP aprofunda a flexibilização das leis trabalhistas, agora durante a vigência de calamidades públicas. Texto vai a promulgação.

Entre os itens trabalhistas que podem ser alterados em condições declaradas como calamidade, estão o teletrabalho ou home office, antecipação de férias individuais, concessão de férias coletivas, antecipação de feriados, banco de horas e recolhimentos do FGTS.

Contratos de trabalho poderão ser suspensos temporariamente, com redução proporcional da jornada e salário. A MP usa regras do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, adotado durante a pandemia.

Paulo Paim (PT-RS) entende que a flexibilização ainda maior das leis trabalhistas deveria ser objeto de um projeto de lei, e não uma medida provisória. Para Paim, isso representa tornar “ainda mais vulnerável” a parte que já é a mais fraca da relação de emprego.

O parlamentar citou, entre outros, o artigo 3º do texto, sobre teletrabalho ou home office. Segundo esse item, o empregador poderá, “a seu critério”, alterar o regime de presencial para remoto, além de determinar o retorno ao regime inicial, “independentemente da existência de acordos individuais ou coletivos, dispensado o registro prévio da alteração no contrato individual de trabalho”.

Votação encerrada no dia 03 de agosto de 2022.

## DIEESE: Balanço das greves em 2021



Em 2021, o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE) registrou 721 greves. Os trabalhadores da esfera privada deflagraram quase dois terços dessas mobilizações (65%). Em relação à quantidade de horas paradas, que equivale à soma da duração de horas de cada greve, a participação dos trabalhadores das duas esferas, pública e privada, dividiu-se igualmente em 50%.

Das 721 paralisações registradas, apenas 125 continham informações a respeito do número de grevistas envolvidos (o que corresponde a cerca de 17% do total). Dessas, 65% reuniram até 200 grevistas. Paralisações com mais de dois mil trabalhadores constituíram apenas 3% dos protestos realizados.

### Tática das greves

Greves de advertência são mobilizações que têm como estratégia o anúncio antecipado de seu tempo de duração –com a definição, na ocasião em que são deflagradas, do momento em que serão interrompidas. Mais de um terço das greves de 2021 (38%) fizeram parte dessa categoria. Greves anunciadas como movimentos por tempo indeterminado –que têm como objetivo seu encerramento somente após o atendimento da pauta ou, no mínimo, a abertura de negociações –foram mais frequentes (60%).

### Caráter das greves

Para cada greve, o conjunto das reivindicações dos trabalhadores foi examinado e classificado de acordo com o caráter que apresenta. Greves que propõem novas conquistas ou ampliação das já asseguradas são consideradas de caráter propositivo. As greves denominadas defensivas são as que se caracterizam pela busca de proteção de condições de trabalho vigentes, ameaçadas por algum tipo de deterioração; pelo respeito a condições mínimas de trabalho, saúde e segurança; ou contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo, convenção coletiva ou legislação. Paralisações que visam ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho são classificadas como greves de protesto. E, por fim, quando uma categoria paralisa suas atividades em apoio à mobilização de outros trabalhadores, trata-se de uma greve de solidariedade. Na pauta de reivindicações de 2021, 88% das greves incluíram itens de caráter defensivo, sendo que as menções à manutenção de condições vigentes ao descumprimento de direitos ocuparam proporções muito semelhantes (51% e 50%, respectivamente). Greves propositivas foram 32,7% do total.



Reivindicações Greves com reivindicações relacionadas ao pagamento de vencimentos em atraso (salário e férias) foram as mais frequentes (35%). A reivindicação por reajuste nos salários esteve presente em 28% das greves; e as demandas relacionadas à alimentação (implementação, reajuste ou regularização dos vales/cesta básica), em 26%. A implementação de medidas de prevenção contra a contaminação pela COVID-19 (classificadas em condições de segurança) esteve presente em 16% das pautas.

### Formas de resolução dos conflitos

Das 721 greves registradas em 2021, apenas 297 (41%) continham informações sobre os meios adotados para a resolução dos conflitos. Na maior parte dos casos (85%), houve abertura de negociação direta ou mediada; e, em proporção considerável (42%), houve algum tipo de envolvimento do Poder Judiciário.

### Resultados das greves

Das 278 greves (39% do total anual) sobre as quais foi possível obter informações sobre o desfecho, 73% lograram algum êxito no atendimento às suas reivindicações.

### Greves na esfera privada

Em 2021, o SAG-DIEESE registrou 468 greves realizadas pelos trabalhadores da esfera privada, que contabilizaram mais de 16 mil horas paradas. As greves ocorridas no setor de serviços corresponderam a 81% dessas mobilizações e a 73% das horas paradas.